



Saúde Mental de Professores da Educação Infantil: Uma Revisão Sistemática

Mental Health of Early Childhood Education Teachers: A Systematic Review

Andressa dos Anjos Oliveira

*Aluna do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Educação da Universidade Estadual do Maranhão,
Núcleo de Tecnologias para Educação, UEMAnet.*

Gracilene Luz Santana

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, IFMA. Professora Formadora da UEMAnet.

Resumo: Este estudo aborda uma questão atual preocupante no cenário educacional brasileiro que diz respeito à saúde mental de professores. O seu objetivo é refletir sobre aspectos que comprometem a saúde mental de professores da educação infantil. A metodologia adotada seguiu os princípios da revisão sistemática, com a definição de critérios de inclusão e exclusão, seleção de estudos publicados entre 2019 e 2024 na base de dados de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e análise dos dados sustentada em abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa demonstraram a prevalência de transtornos mentais comuns nos professores de educação infantil, como nervosismo, tensão, preocupação, tristeza, acompanhados de alto nível de exaustão emocional, com indicação de burnout, cujos aspectos preponderantes decorrem de carga horária e demandas demasiadas de trabalho, sendo as mulheres mais vulneráveis, pois têm que assumir suas tarefas diárias escolares juntamente com responsabilidades familiares, desencadeando no comprometimento da saúde mental dessas profissionais da educação. Logo, prejuízos à saúde mental de professores da educação infantil são evidentes e requerem a criação de espaços de discussão coletiva pelos gestores escolares para que sejam identificados a partir de um olhar mais humano para intervenções capazes de dirimi-los.

Palavras-chave: saúde mental; professores; educação infantil.

Abstract: This study addresses a current issue of concern in the Brazilian educational scenario, which concerns the mental health of teachers. Its aim is to reflect on aspects that compromise the mental health of early childhood education teachers. The methodology adopted followed the principles of systematic review, with the definition of inclusion and exclusion criteria, selection of studies published between 2019 and 2024 in the journal database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and data analysis based on a qualitative approach. The results of the research showed the prevalence of common mental disorders in early childhood education teachers, such as nervousness, tension, worry, sadness, accompanied by a high level of emotional exhaustion, with indications of burnout, whose preponderant aspects result from the workload and excessive work demands, with women being more vulnerable, as they have to assume their daily school tasks together with family responsibilities, triggering the compromise of the mental health of these education professionals. Therefore, the mental health problems faced by early childhood education teachers are evident and require school managers to create spaces for collective discussion so that they can be identified from a more humane perspective and interventions can be taken to alleviate them.

Keywords: mental health; teachers; early childhood education.

INTRODUÇÃO

A saúde mental é um tema cada vez mais discutido na sociedade contemporânea, visto que se tornou evidente que transtornos emocionais e psicológicos têm impactado de maneira expressiva na qualidade de vida das pessoas, principalmente no que tange ao ambiente profissional. E quando se trata do contexto educacional, os professores estão entre os profissionais mais vulneráveis a serem impactados, entre estes aqueles que atuam na educação infantil.

No ambiente de trabalho, a sobrecarga de tarefas, a pressão por resultados e a falta de suporte emocional podem desencadear quadros de estresse, ansiedade e outras doenças ocupacionais. Dessa forma, assim como a saúde física, o equilíbrio mental requer atenção e cuidados, pois a falta de suporte adequado pode resultar em sérias consequências para o indivíduo.

Quando se trata da docência na educação infantil é exigida não apenas conhecimento pedagógico, mas também habilidades emocionais para lidar com as necessidades individuais das crianças, gerenciar a dinâmica da sala de aula e atender às expectativas das instituições e das famílias. Esse cenário, aliado à falta de reconhecimento profissional e à escassez de políticas de suporte, pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos psicológicos, como estresse ocupacional, depressão e síndrome de burnout.

Diante desse contexto, embora a preocupação com o bem-estar dos alunos seja crescente, representada pela atuação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, percebe-se que a saúde mental dos professores ainda recebe pouca atenção, principalmente quando se trata da educação infantil, tendo em vista o atendimento a ser disponibilizado por estes profissionais da educação às crianças com necessidades e características diferenciadas dos demais públicos da educação básica, visando que desenvolvam de maneira integral, ou seja, física, psicológica, intelectual e socialmente.

A partir de tais prerrogativas, este estudo consiste em uma revisão sistemática de literatura com base em publicações no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando o período de 2019 a 2024 e nos descritores “mal-estar docente, professores da educação infantil e saúde mental, e professores da educação infantil”.

O problema da pesquisa contempla o seguinte questionamento: “Quais aspectos evidenciam o comprometimento da saúde mental de professores da educação infantil?” Assim, o seu objetivo geral é refletir sobre aspectos que comprometem a saúde mental de professores da educação infantil. E quanto aos seus objetivos específicos, propõe-se: situar condicionantes de trabalho que repercutem, direta ou indiretamente, na saúde de professores em geral; identificar os principais transtornos que acometem professores, considerando os seus impactos no desempenho profissional, sobretudo daqueles que atuam na educação infantil; e apresentar aspectos que evidenciam o comprometimento da saúde mental de professores da educação infantil à luz de estudos consolidados pela CAPES no período de 2019 a 2024.

O estudo proposto é relevante para o universo acadêmico, pois apresenta uma discussão atual e necessária, ao tratar da saúde mental de professores, em especial da educação infantil que, como primeira etapa da educação básica, requer profissionais da educação melhor preparados para que garantam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças e então precisam estar bem física e psicologicamente para que assim o façam; e para a sociedade, por suscitar reflexões sobre a importância de que os professores sejam percebidos não apenas como profissionais, mas como pessoas que necessitam de cuidados para manter o seu bem-estar, pois isto reflete em sala de aula no direcionamento das crianças para que tenham condições de aprender e se desenvolver.

Para essa compreensão, o estudo contém a introdução, com breves apreciações sobre o todo a ser abordado, destacando-se o seu problema, objetivos e por que é relevante; o seu referencial teórico, abordando a saúde mental de professores e os transtornos que estão vulneráveis, de maneira geral, bem como o impacto destes no comprometimento da saúde mental, em especial daqueles que atuam na educação infantil; a metodologia da pesquisa, sustentada em revisão sistemática; os resultados e discussão dos artigos pesquisados convergentes com o objeto de estudo; e as considerações finais, respondendo o problema que norteou o estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção trata do aporte teórico da pesquisa, contemplando a saúde mental de professores, os transtornos que estão suscetíveis, em especial aqueles que atuam na educação infantil, a ser caracterizada conforme as especificidades que a envolvem com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI).

Saúde Mental de Professores

Segundo Silva e Souza (2013), as reformas na educação brasileira ocorridas a partir de 1990 trouxeram inovações sobre a gestão e a avaliação da educação básica, definindo metas para seu melhor desempenho com base em critérios de eficiência conforme padrões governamentais. Em contrapartida, intensificou as exigências sobre os professores, refletidas no aumento do volume de tarefas escolares, remetendo a esses profissionais prejuízos emocionais por conta da sobrecarga de trabalho, pois muitos deles precisam levar para suas casas atividades devido ao tempo na escola muitas vezes ser insuficiente para o seu cumprimento.

A respeito da intensificação do trabalho dos professores, Assunção e Oliveira (2009) destacam que não houve o suporte social a esses profissionais para que acompanhassem as transformações em suas atividades. E isto se faz preocupante à medida que o ofício de lecionar não remete apenas ao transmitir conhecimento, mas compreende o envolvimento emocional e cognitivo dos professores, por manterem

uma preocupação constante com o aprendizado de seus alunos, acarretando-lhes desgastes em relação aos alunos, à comunidade e com a própria instituição escolar (Silva *et al.*, 2023).

Nesse patamar, Costa e Silva (2019) salientam ser inadmissível que a sociedade não reconheça que o professor apresenta problemas de ordem psíquica, pois não possui condições adequadas para desenvolver o seu trabalho profissional em meio a mudanças tão vertiginosas no ensinar e aprender e assim apontam que o exercício docente requer alto grau de tolerância e resiliência.

Essa afirmação remete ao entendimento de que é importante a sociedade olhar para as condições de trabalho dos professores, de modo que sejam reconhecidas suas fragilidades como seres humanos, para que lhes seja oferecido o apoio necessário para melhores condições de trabalho, o que envolve não apenas aspectos diretamente ligados ao exercício da profissão docente, como melhores salários, mas outros fatores associados ao seu bem-estar no ambiente escolar, como é o bom relacionamento com a família dos alunos.

Pesquisa realizada por Costa e Silva (2019) destaca que alguns aspectos relacionados ao exercício da profissão docente têm contribuído para que professores fiquem mais angustiados, como o salário, o comportamento dos alunos e de seus pais, afetando o desempenho deles no exercício da profissão e outras áreas de suas vidas.

Torna-se evidente perceber que o adoecimento mental do professor vai além de uma visão de um corpo adoecido que precisa ser medicado, pois requer um contextualizar das condições de sua produção, visando à sua convocação para que pense as mudanças decorrentes das novas formas de construção e alienação das relações de trabalho, envolvendo a valorização/desvalorização social e a invisibilidade do seu trabalho (Silva *et al.*, 2023).

Assim, observa-se que as condições de trabalho podem afetar o docente e contribuir para o seu adoecimento, uma vez que está propenso a diversas situações em sala de aula e fora dela que contribuem para essa realidade. Nesse aspecto, enfatizam Silva *et al.* (2023) que o trabalho do professor sobressai a jornada laboral e invade outros espaços de sua vida, adoecendo-o e o destituindo de um tempo para viver.

Principais Transtornos Observados em Professores

No que se refere à saúde mental de professores, Cruz e Lima (2021) citam que existem fatores psicológicos relacionados ao estresse docente, como a ansiedade, a depressão, a irritabilidade, a hostilidade e a exaustão emocional, o que se acredita causar prejuízos significativos ao exercício da profissão docente.

A ansiedade pode ser considerada um dos transtornos mais evidentes em professores, sendo, conforme estudos de Tostes *et al.* (2018), prevalente em mulheres no contexto escolar, pois são mais propensas a receberem pressão e estarem sujeitas a variações hormonais que interferem nos sintomas de ansiedade.

Os sintomas de ansiedade envolvem perturbações comportamentais e medos excessivos, justificados no contexto escolar, por exemplo, pela violência contra professores: reportagem de 15 de outubro de 2014, por ironia “Dia do professor”, evidenciou ser o Brasil líder no ranking de violência contra professores, sendo constatado que dentre 34 países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil apresentou um percentual de 12,5% dos professores entrevistados como vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos, ultrapassando a média dos demais países, que foi de 3,4% (Jornal do Brasil, 2014). Logo, a ansiedade pode afetar a rotina do docente, ocasionando, por exemplo, perda de sono, coração acelerado, dificuldade de concentração, comprometendo a sua saúde mental.

Entre os grupos mais vulneráveis de ansiedade estão aqueles compostos pela faixa etária de 18 a 35 anos, cujos profissionais da educação se encontram em busca de engajamento ou reconhecimento profissional para que tenham melhoria em sua qualidade de vida (Costa *et al.*, 2019).

Aliada à ansiedade, encontram-se os transtornos depressivos também comuns entre os docentes: pesquisa realizada por Bueno (2021) apontou que os quadros de ansiedade e de depressão têm sido um dos maiores responsáveis pelo afastamento de professores e que a escola, como um todo, pode contribuir diretamente no adoecimento docente e também refletir negativamente nas suas relações interpessoais com os demais profissionais e alunos.

Outro transtorno mental e relacionado ao trabalho é a síndrome de burnout, que é caracterizada pelo esgotamento psicológico, despersonalização e redução da realização pessoal no trabalho, podendo causar prejuízos de ordem psicológica e social (Tomaz, *et al.*, 2020). Por ser marcada pelo esgotamento emocional, essa síndrome pode conduzir o docente à não realização de suas tarefas em sala de aula, por se sentir sobrecarregado e estressado com suas atividades laborais diárias, o que vai exigir que tome consciência do problema para procurar ajuda médica necessária, como um psiquiatra, para que possa retomar a sua rotina de maneira saudável.

Essa síndrome pode causar danos graves à saúde física e mental dos professores, deixando-os até mesmo impossibilitados de exercerem suas funções. Para Pereira (2003), esse tipo de transtorno mental reflete a perda de prestígio social da atividade docente, com remuneração injusta e condições de trabalho degradantes, o que, acrescenta-se, ser agravada quando se trata dos professores da educação infantil, por envolver crianças que lhes exige não apenas o alcance de objetivos de aprendizagem, mas cuidados peculiares às suas características como sujeitos em desenvolvimento.

Impactos à Saúde Mental no Desempenho Profissional de Professores da Educação Infantil

Por muito tempo a criança foi considerada um “adulto em miniatura” e com sua educação sob a responsabilidade exclusiva da família. Porém, com a

modificação da estrutura social, ocasionada pelo surgimento das indústrias e pela inserção de mulheres como operárias, os hábitos familiares foram redimensionados por conta daquelas que eram mães e não tinham com quem deixar suas crianças serem obrigadas a levá-las para as fábricas (Paschoal; Machado, 2009). Esse cenário remeteu à necessidade da criação de espaços escolares adequados para a educação dessas crianças, surgindo assim os jardins de infância.

No Brasil, o primeiro jardim de infância surgiu em 1875, no Rio de Janeiro, uma instituição privada e que assim atendia as crianças da elite. Somente em 1896, em São Paulo, foi criado o primeiro jardim de infância público e, em 1899, no Rio de Janeiro, fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI -RJ), que se expandiu em filiais por todo o país (Santos, 2006).

Porém, somente com a Constituição de 1988 é que as creches e pré-escolas em nosso país passaram a fazer parte dos sistemas educacionais, sendo legitimadas pela LDB nº 9394/1996 como parte da etapa da educação infantil, compreendida, conforme o art. 29 desta Lei como: “[...] primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 2023, p. 24). As creches passaram a ser direcionadas a crianças de até 3 anos de idade, e as pré-escolas àquelas de 4 e 5 anos de idade (Brasil, 2023).

Quanto à legitimação do ensino de crianças, as leis voltadas para esse público foram conduzidas de modo a aliar a aprendizagem ao cuidado: “Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação” (Brasil, 1998, p.24).

Desse modo, ao professor da educação de crianças é necessário que se identifique com as necessidades infantis para que o ensino seja organizado e alcance o aluno (Ribeiro, 2019). Para tanto, os professores da educação infantil precisam estar “[...] comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis” (Brasil, 1998, p. 41).

O cuidado e a responsabilidade com a aprendizagem das crianças pequenas remetem ao professor da educação infantil situações desgastantes, pois os alunos, especialmente os da creche, não possuem total autonomia para realizar tarefas cotidianas, como ir ao banheiro, amarrar o cadarço do seu tênis, tornando essas tarefas demasiadas para a realidade do professor quando percebidas a longo prazo e associadas a demais atividades no ambiente escolar e fora dele.

A partir desse cenário, pode-se dizer que o trabalho do professor da educação infantil se encontra precarizado, pois tem que cumprir inúmeras obrigações, que não estão somente ligadas à sua rotina de aulas, mas relacionadas a outras tarefas, como o planejamento e elaboração de atividades, tornando as queixas destes profissionais cada vez mais evidentes, marcadas pelo cansaço físico, em que se consideram demais situações, como o elevado número de crianças por professor, as dificuldades em lidar com crianças com alguma deficiência e a falta de reconhecimento, refletida no seu salário (Pinto *et al.*, 2012).

Essa precarização do trabalho do professor da educação infantil interfere na sua saúde mental e no seu físico: pesquisa realizada na rede pública de ensino de Pelotas, no Rio Grande do Sul, constatou as condições de trabalho e saúde dos professores atuantes em pré-escolas, identificando que 66,7% se sentiam em posição incômoda no trabalho, 50,5% relataram que as pausas realizadas durante o trabalho eram insuficientes para o descanso, sendo esses aspectos propensos à prevalência de dores nas regiões lombar, torácica, pescoço e ombros e, também, em 17,8% dos professores para a presença de transtornos psiquiátricos (Silva; Cozzensa da Silva, 2013).

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa se baseou em revisão sistemática da literatura, que busca entender a logicidade presente em um número expressivo de corpus documental, verificando o que é viável ou não a um dado contexto, apresentando de maneira explícita as bases de dados bibliográficos consultados e sintetizando os estudos de modo a focar em temas, conceitos capazes de fornecer explicações ao fenômeno analisado (Galvão; Ricarte, 2020; Siddaway; Wood; Hedges, 2019).

A base de dados utilizada para a revisão foi o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando estudos publicados no período de 2019 a 2024 e a utilização dos descritores “mal-estar docente, professores da educação infantil e saúde mental e professores da educação infantil.”

Foram utilizados como critérios de inclusão, artigos publicados nos últimos cinco anos, em português, e que abordavam de maneira explícita aspectos relacionados à saúde mental dos professores da educação infantil. Os dados se sustentaram em análise qualitativa, que considera a possibilidade de exploração de uma conjuntura, dentro de um universo de significados, com nuances da vida e comportamento humano social (Minayo, 2008).

De caráter descritivo, a pesquisa se preocupou com o significado do fenômeno social estudado, baseado na coleta e análise dos textos escritos (Silva, 2008). Os textos escolhidos foram três artigos, analisados em seu teor, conforme objetivo, resultados alcançados e conclusão que destacaram a saúde mental de professores da educação infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, apresenta-se o Quadro 1 como resultado final do processo de triagem da revisão sistemática da literatura realizada na base de dados da CAPES.

Quadro 1 – Síntese dos estudos analisados.

Autor(es)	Título	Ano	Objetivo do estudo	Principais resultados	Conclusão
Luciana Garrido Silva Borges Canuto Kátia Barbosa Macêdo	O trabalho de professores em creches: uma revisão	2022	Fazer um levantamento bibliográfico de artigos publicados nos periódicos Capes no período de 2015 a 2021 e da base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, abordando o tema da saúde mental dos professores que atuam em instituições de educação infantil, utilizando os seguintes descritores: “mal-estar docente”, “prazer e sofrimento docente” “professores da Educação Infantil”; “saúde e doença”, psicodinâmica do trabalho e Educação Infantil”, “Psicodinâmica do Trabalho e Professor da Educação Infantil, e/ ou Creche”.	As vivências dos professores da educação infantil trouxeram à tona a discussão sobre o conceito de mal-estar no trabalho, alienação e exploração do trabalhador; o afastamento de profissionais pelo adoecimento mental auxiliou na revisão, pois evidenciou a necessidade de intervenções que possibilitem diálogos e ações de promoção à saúde e prevenção de adoecimento dos trabalhadores.	Reconhece a importância da escuta dos trabalhadores, bem como na apresentação de Espaços de Discussão Coletiva a impactar nas situações que envolvem a saúde mental de professores da educação infantil.

Autor(es)	Título	Ano	Objetivo do estudo	Principais resultados	Conclusão
Marcela de Moraes Jorge William Pedroso Silveira Erivelton Fontana de Laat	Prevalência de transtorno mental comum em professores da educação infantil	2020	Estimar a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) dos professores da educação infantil.	A amostra composta de 76 professores, constatou que 31,57% dos participantes têm indicativos de TMC. As respostas mais frequentes foram correspondentes a sentir-se nervoso, tenso ou preocupado, seguidas do fato de que os professores se sentem tristes e têm dificuldades em realizar com satisfação as tarefas diárias.	Os participantes do estudo apresentaram dados onde 31,76% (na verdade, acrescentamos, 31,57%) dos participantes do estudo atingiram escores maiores que 07 indicando a presença de TMC, corroborando com a necessidade de se investigar mais a fundo quais os meios de se controlar a eclosão desses durante o desenvolvimento das atividades laborais para que se possa promover saúde no trabalho do professor da educação infantil.

Autor(es)	Título	Ano	Objetivo do estudo	Principais resultados	Conclusão
Rodrigo Diaz de Vivar y Soler Débora Renata de Oliveira Gomes	Síndrome de burnout e saúde ocupacional em educadores de uma unidade pré-escolar	2019	Identificar, por meio da aplicação do Maslach Burnout Inventory, a possível incidência da Síndrome de Burnout em um Unidade Pré-Escolar em uma escola localizada na Região do Vale do Itajaí.	Sobre os dados profissionais dos participantes da pesquisa, em que 83,33% eram mulheres, em média trabalham 38,17 horas semanais, com cumprimento de carga horária integral, trabalhando no período matutino e vespertino. 33,33% possuem outro emprego, deixando a carga horária total semanal em média de 42,5 horas. Nesse sentido, 04 educadores apresentaram carga horária excessiva de trabalho, compatível a 40 horas semanais, trabalhando em três turnos associados às demais responsabilidades familiares e/ ou outras ocupações. O resultado obtido indica um nível alto e total da amostra nesta dimensão, sendo um sinal bem preocupante.	Os resultados mostram um alto nível de exaustão emocional e despersonalização, indicadores do burnout.

Fonte: Adaptado pela autora a partir dos dados de revisão sistemática, 2024.

A partir do exposto por Moraes e Laat (2020) quanto à prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) em professores da educação infantil, estudo realizado por Carlotto e Câmara (2020) com 679 professores, ainda que em etapa

diferente da educação infantil, demonstrou que em uma escola pública de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, essa mesma realidade, com 29,7% dos professores com TMC, cujos sintomas mais comuns eram dores de cabeça e dormir mal.

O mencionado demonstrou que o fenômeno estudado não é delimitado à educação infantil, expandindo-se para demais etapas da educação básica, em que professores estão se sentindo adoecidos física e, conseqüentemente, psicologicamente, como fora constatado por Moraes e Laat (2020) ao destacarem que a maioria dos professores disse se sentir nervosos, tensos, preocupados, tristes, o que segundo eles estaria ocasionando em dificuldades na realização de suas tarefas diárias.

Esse cenário é preocupante, partindo do fato de que as tarefas diárias do professor de educação infantil não se resumem ao aspecto pedagógico, pois envolvem o cuidado, indispensável às crianças dessa etapa da educação básica. Nesse ponto, reporta-se ao entendimento de cuidado, conforme Veríssimo e Fonseca (2003), ao analisarem as representações acerca de seu conceito entre as trabalhadoras de creches de São Paulo – SP, que o definiram como atendimento às necessidades físicas e emocionais infantis, antecedendo as atividades pedagógicas.

Sob esse aspecto, ratificam-se as vivências dos professores da educação infantil evidenciadas por Canuto e Macêdo (2022) quando trazem à tona a exploração do trabalho, o adoecimento mental desses profissionais, enfatizando ser necessário que sejam apresentados espaços de discussão coletiva para que situações que envolvam a saúde mental desses professores sejam postas e assim sejam promovidas ações capazes de impactá-las.

O estudo de Soler e Gomes (2019) evidenciou essa exploração do trabalho do professor da educação infantil, representado pela maioria de mulheres, que precisam aliar as responsabilidades familiares com suas rotinas nas escolas infantis, chegando a trabalhar nos três turnos, ocasionando alto nível de exaustão emocional, com indicação de burnout.

Segundo Tostes *et al.* (2018), a carga horária e demanda excessivas de trabalho são fortes indicadores do desenvolvimento do burnout, resultado de inúmeras situações de estresse vivenciadas ao longo da trajetória profissional, contrariando as expectativas em relação à realidade. Entre os seus sintomas, encontram-se características físicas e psicológicas: exaustão emocional, com sentimentos de desesperança, raiva, solidão, irritabilidade, diminuição da empatia, além da sensação de baixa energia, fraqueza, preocupação e suscetibilidade de doenças, como cefaleias, tensão muscular, dor lombar ou cervical e distúrbios do sono (Trigo *et al.*, 2007).

Conforme constatado nas análises dos artigos selecionados, percebe-se, de maneira evidente, o comprometimento da saúde mental dos professores da educação infantil, submetidos a cargas horárias e demandas exaustivas de trabalho, sendo a maioria mulheres, que precisam aliar as suas atividades profissionais com as responsabilidades familiares, estando mais vulneráveis a um desgaste físico e psicológico, com sintomas corporais, como tensão muscular ou, ainda,

situações mais graves, como é o burnout, compreendido como uma síndrome marcada por sentimentos que extrapolam os momentos de estresse, causando um comprometimento expressivo na realização de suas atividades diárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constatou-se que o espaço escolar é um ambiente propício ao desenvolvimento de transtornos mentais em profissionais da educação, sobretudo professores, por estarem na “linha de frente” de um processo muitas vezes desgastante, marcado por demandas profissionais incompatíveis com o que são capazes de suportar.

A saúde mental do docente prejudicada pode trazer várias consequências ao seu desempenho profissional, pois dificulta a realização de suas funções, bem como o alcance de resultados cada vez mais requeridos no contexto educacional da sociedade atual.

Nesse rol, evidenciou-se que as transformações na educação básica nas últimas décadas, em especial a partir de 1990, impuseram aos professores demandas exaustivas de trabalho em nome do atendimento aos critérios de eficiência governamentais. Essas demandas remeteram à realidade dos professores a incidência de transtornos causados pela exaustão emocional, como a ansiedade, a depressão, o burnout, que impactam principalmente os professores da educação infantil, que no atendimento das necessidades infantis, assumem responsabilidades não somente de aprendizagem das crianças, mas de cuidado, de modo a atenderem às suas características como sujeitos em desenvolvimento, em creches (crianças até 3 anos) e em pré-escolas (crianças de 4 e 5 anos).

Na revisão sistemática realizada, os resultados da pesquisa demonstraram a prevalência de transtornos mentais comuns nos professores de educação infantil, como nervosismo, tensão, preocupação, tristeza, acompanhados de alto nível de exaustão emocional, com indicação de burnout, decorrente de carga horária e demandas excessiva de trabalho, sendo as mulheres mais vulneráveis, pois têm que assumir suas tarefas diárias escolares juntamente com responsabilidades familiares, desencadeando no comprometimento da saúde mental dessas profissionais da educação.

Logo, prejuízos à saúde mental de professores da educação infantil são evidentes e requerem a criação de espaços de discussão coletiva pelos gestores escolares para que sejam identificados a partir de um olhar mais humano para intervenções capazes de dirimi-los.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, A. Á. OLIVEIRA, D. A. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores.** Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 107, maio/ago. 2009 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/fdCjfWkF8XYXTfyXGcgCbGL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr.2025.

BRASIL. **Lei 9.394, de 23 de dezembro de 1996** - Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Brasil, 1998 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

BUENO, L. R. **Saúde mental de professores e as implicações no ensino da educação infantil**. 2021. Dissertação (Mestrado em educação em ciências química da vida e saúde) Universidade Federal do Pampa, 2021. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/6677>. Acesso em 10. Mar, 2025.

CANUTO, L. G. S. B.; MACÊDO, K. B. Macêdo. **O trabalho de professores em creches: uma revisão Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.5, maio, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47921>. Acesso em: 5 abr.2025.

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. **Escala de Avaliação da Síndrome de Burnout em Estudantes Universitários: construção e evidências de validade**. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4013>. Acesso em: 10 dez. 2020.

COSTA, R. Q. F.; SILVA, N. P. **Níveis de ansiedade e depressão entre professores do ensino infantil e fundamental**. Pro-Posições, v. 30, Campinas, 2019. Disponível em: [scielo.br/j/pp/a/prLXmmdXG3hdQWTSBgm6JZD/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/pp/a/prLXmmdXG3hdQWTSBgm6JZD/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 07 Mar. 2025.

COSTA, C. O. da. *et al.* **Prevalência de ansiedade e fatores associados em adultos**. J Bras Psiquiatr, 2019. Disponível em: [scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?format=pdf&lang=pt) . Acesso em: 8 mar., 2025.

CRUZ, C. T.; LIMA, S. S. de. **Adoecimento mental em professores da escola pública do Distrito Federal**. Centro Universitário de Brasília- CEUB, Programa de Iniciação Científica (Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa), 2021. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/17054/1/21854039.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação**. LOGEION: filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, set.2019/fev. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 7 abr. 2025.

JORNAL DO BRASIL. **Brasil lidera ranking de violência contra professor.** Rio de Janeiro, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, M.; LAAT, E.F.de. **Prevalência de transtorno mental comum em professores da educação infantil.** Revista Stricto Sensu, v. 05, n. 02, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://revistastrictosensu.com.br/ojs/index.php/rss/article/view/95>. Acesso em: 5 abr. 2025.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista Histedbr On-line, v. 9, n.33. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 7 abr.2025. Acesso em: 5 abr. 2025.

PEREIRA, A. **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador.** Casa do Psicólogo: São Paulo, 2003.

PINTO, M. F. N. *et al.* **O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte.** Revista Brasileira de Educação, v. 17 n. 51 set./dez. 2012.

SANTOS, I. F. **Como se deu o percurso da educação infantil no Brasil ao longo do século XIX e XX.** In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 6, 2006, Porto. Anais... Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2006.

SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. **How to do a systematic review: a best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta syntheses.** Annual Review of Psychology, v. 70, n. 1, 2019.

SILVA, A. F.; SOUZA, A. L. L. **Condições do trabalho escolar: desafios para os sistemas municipais de ensino.** Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 150, set./dez. 2013.

SILVA, L. G. da; COZZENSA DA SILVA, M. **Condições de trabalho e saúde de professores pré-escolares da rede pública de ensino de Pelotas, RS, Brasil, 2013.** Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/630/63028795004.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SILVA, J. C. da. *et al.* **Saúde mental, adoecimento e trabalho docente.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 27, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/pnKjTfs7s9VrzJGMhTsMPSPG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SILVA, R. **Modalidades e etapas da pesquisa e do trabalho científico.** São José: USJ, 2008.

SOLER, R. D. de V. T=Y.; GOMES, D. R. de O. **Síndrome de burnout e saúde ocupacional em educadores de uma unidade pré-escolar.** Psicologia

Argumento, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.37.98.AO03>. Acesso em: 7 abr. 2025.

TOMAZ, H. C. *et al.* **Síndrome de Burnout e fatores associados em profissionais da estratégia saúde da família.** Interface (Botucatu), 24(Supl. 1), 2020. Disponível em: scielo.br/j/icse/a/dphvYH39MprDY7LmfCP886J/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 mar. 2025.

TOSTES, M. V. *et al.* **Sofrimento mental de professores do ensino público.** Saúde debate, v. 42, n. 116, 2018. Disponível em: scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 6 mar. 2025.

TRIGO, T. R. *et al.* **Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos.** Archives of Clinical Psychiatry, 34, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34n5/a04v34n5.pdf>. Acesso: 15 fev.2020.

VERÍSSIMO, M. Ó R.; FONSECA, R. M. G. S. **O cuidado da criança segundo trabalhadoras de creches.** Revista Latino Americana de Enfermagem, v.11, n.1, 2003.